

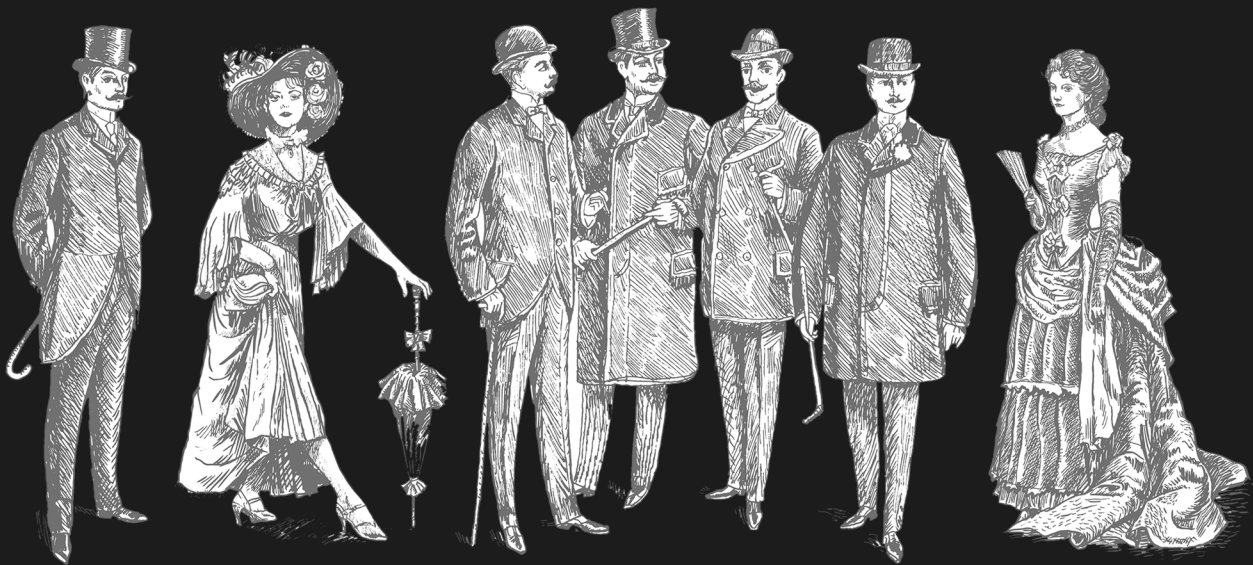
Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Sentidos e sujeitos:
elementos que dão consistência à
história**

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S478 Sentidos e sujeitos [recurso eletrônico] : elementos que dão consistência à história / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-323-1
DOI 10.22533/at.ed.231201808

1. Aprendizagem. 2. Conhecimento. 3. Prática de ensino
I.Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.
CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O modo com que nos relacionamos com o conhecimento impacta diretamente o processo de ensino aprendizagem e também no modo como encaramos o processo de construção do conhecimento como todo. Há, da mesma maneira uma diferença no tratamento que damos à tensão existente entre a informação produzida pela ciência e aquela a que temos acesso cotidianamente, que reside exatamente na conexão que estamos dispostos a reconhecer entre o conhecimento, a informação e a experiência cotidiana dos indivíduos. De maneira geral, essa relação é vista atualmente, como um elemento de embates e resistências, em uma dinâmica própria, que não é sempre harmônica. Essa espécie de tensão é particularmente visível no momento em que vivemos: há uma espécie conservadorismo que está em crescimento no Brasil atualmente se alimenta dela, e que se coloca, muitas vezes como resistente a ciência de referência e aos consensos científicos reconhecidos. Há uma factualização das informações que passam a fazer sentido para o indivíduo validadas especialmente pela sua própria experiência com o real. Assim, os “espaços de domínio público” do conhecimento vem ganhando cada vez mais dimensão no processo da formação de opiniões, posicionamentos e referenciais das pessoas.

Esse movimento não é um fenômeno apenas nacional, mas se verifica em diferentes partes do globo, o que demonstram a necessidade de um aprofundamento no entendimento do funcionamento destes espaços de difusão da informação e na maneira como os sujeitos e os sentidos do real são constituídos. O pensamento é construído no espaço de relação entre as pessoas, no reconhecimento e na interação dos indivíduos. Da mesma forma em que os saberes e a ciência se expressam por meio de linguagens, mas não se reduzem a elas. É na relação, no reconhecimento e na exploração da construção de sentido dos grupos humanos e reconhecimento dos sujeitos como elementos formadores desse sentido (que portanto, se está contido na maneira em que cada indivíduo constrói sua experiência do real) que a história adquire profundidade, riqueza e forma. É dessa experiência que o conhecimento histórico, se estabelece, se compõe e constrói significados.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTRIBUIÇÃO DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA A QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL DOCENTE	
Maria Lidiane Santos Silva Nilda Aparecida Pascoal Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.2312018081	
CAPÍTULO 2	17
A QUESTÃO RACIAL À LUZ DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS REBATIMENTOS APÓS GOLPE DE ESTADO DE 2016	
Cristiane Medeiros dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2312018082	
CAPÍTULO 3	33
A RELEVÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NO MERCADO DE TRABALHO: ESTUDO DE CASO NA HIALA METALÚRGICA	
Isana Ferreira Fernandes dos Santos Delvania dos Santos Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2312018083	
CAPÍTULO 4	47
A SOCIEDADE RECREAÇÃO FAMILIAR JAGUARENSE EM JAGUARÃO RS (1852 – 1881)	
Alan Dutra de Melo Ronaldo Bernardino Colvero	
DOI 10.22533/at.ed.2312018084	
CAPÍTULO 5	62
EXPERIÊNCIAS E LUTAS DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO NO PERÍODO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1979-1985)	
Max Rodolfo Roque da Silva André Gustavo Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2312018085	
CAPÍTULO 6	74
FONTES ORAIS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NA PESQUISA COM BENZEDEIRAS E CURANDEIRAS EM CHAPECÓ/SC	
Alex Junior Rapczynski	
DOI 10.22533/at.ed.2312018086	
CAPÍTULO 7	80
HISTÓRIA DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÕES DISCURSIVAS NO BRASIL IMPERIAL: PRINCÍPIOS, SABERES E SUJEITOS	
Diego Dias Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.2312018087	
CAPÍTULO 8	92
O DECRETO Nº 500/1955 NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS AGRÁRIOS E GESTÃO DAS TERRAS DEVOLUTAS EM GOIÁS (1955-1958)	
Matheus de Araujo Martins Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.2312018088	

CAPÍTULO 9	103
O PROBLEMA DA MEDIÇÃO NA MECÂNICA QUÂNTICA: ANÁLISE LÓGICA DE ALGUMAS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO	
Moisés Romanazzi Tôrres	
DOI 10.22533/at.ed.2312018089	
CAPÍTULO 10	119
O RURAL, O URBANO, E A QUESTÃO DOS BRASIGUAIOS NA FRONTEIRA PARAGUAI-BRASIL, A PARTIR DE APROPRIAÇÕES MUDIÁTICAS	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.23120180810	
CAPÍTULO 11	130
O SUJEITO DO DISCURSO IMOBILIARIO NA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO: ONTEM E HOJE	
Luciane Lucyk	
DOI 10.22533/at.ed.23120180811	
CAPÍTULO 12	142
OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E OS DILEMAS PARA O CUMPRIMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI 10639/2003	
Pedro Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.23120180812	
CAPÍTULO 13	157
<i>SOMOS MULHERES, SOMOS POVO, SOMOS HISTÓRIA, SOMOS RESISTÊNCIA!</i> : REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA E PROCESSOS EDUCATIVOS DAS MULHERES SEM TERRA NO MST	
Flávia Pereira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.23120180813	
CAPÍTULO 14	171
TEMPESTADE OU TEMPO FIRME: ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA SOBRE A PRESENÇA DE DEMOCRACIA NO BRASIL	
Fernanda Viana Falkoski	
DOI 10.22533/at.ed.23120180814	
CAPÍTULO 15	183
VAI NA BRASILEIRARAGEM: MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE NACIONAL EM UM ANÚNCIO DA NIKE DA COPA DO MUNDO DE 2018	
Kelly Cristina Torres de Barros Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.23120180815	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	196
ÍNDICE REMISSIVO	197

EXPERIÊNCIAS E LUTAS DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO NO PERÍODO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1979-1985)

Data de aceite: 10/08/2020

Data de submissão: 11/05/2020

Max Rodolfo Roque da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, Recife-PE

<http://lattes.cnpq.br/2558799579688400>

André Gustavo Ferreira da Silva

Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação, Recife-PE

<http://lattes.cnpq.br/3966877544841288>

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir sobre as experiências e lutas empreendidas por professores e professoras da Rede Pública Estadual de Pernambuco no período correspondente ao processo de abertura política no Brasil. Trata-se, pois, da ampliação de uma discussão que tratamos em ocasião anterior (SILVA, 2019). Neste sentido, nosso recorte demarca a primeira greve geral dos docentes no referido estado, a qual constituiu-se como um marco das lutas da categoria no sentido de reivindicar melhores condições de vida e trabalho, e a realização do terceiro Encontro Estadual dos Professores, no qual se discutiram demandas importantes para a sociedade naquele momento, como a realização de uma Assembleia Constituinte. Segundo uma das

possibilidades de interpretação sobre as fontes, sob a direção de um grupo de professores mais afeto ao governo, a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE) não representava de fato os interesses da categoria, preservando a manutenção de práticas assistencialistas. Sendo assim, com notável influência do movimento do novo sindicalismo, professores e professoras que faziam oposição à referida direção mobilizaram as bases da categoria e iniciaram o movimento grevista de 1979, conferindo uma postura mais combativa ao movimento docente no estado, que resultaria na assunção de novas práticas e bandeiras de luta ao longo dos anos posteriores. **PALAVRAS-CHAVE:** Experiências, Lutas, APENOPE.

EXPERIENCES AND FIGHTS OF TEACHERS OF THE PERNAMBUCO STATE PUBLIC NETWORK IN THE PERIOD OF THE DEMOCRATIC TRANSITION (1979-1985)

ABSTRACT: The purpose of this article is to discuss the experiences and fights undertaken by teachers from the Pernambuco State Public Network in the period corresponding to the political opening process in Brazil. It is, therefore,

the expansion of a discussion that we discussed on a previous occasion (SILVA, 2019). In this sense, our cut out marks the first general strike of teachers in that state, which was a milestone in the struggles of the category in order to claim better living and working conditions, and the holding of the third State Meeting of Teachers, in the which important demands for society at that time were discussed, such as the holding of a Constituent Assembly. According to one of the possibilities of interpretation on the sources, under the direction of a group of teachers more affectionate to the government, the Association of Teachers of Official Education of Pernambuco (APENOPE) did not actually represent the interests of the category, preserving the maintenance of welfare practices . Thus, with a notable influence of the new union movement, teachers who opposed that direction mobilized the bases of the category and started the strike movement in 1979, giving a more combative stance to the teaching movement in the state, which would result in the assumption of new practices and flags of struggle over the following years.

KEYWORDS: Experiences, Fights, APENOPE.

1 | ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOCENTE NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com Lemos (2008), os primeiros movimentos de organização coletiva dos professores brasileiros remontam à segunda metade do século XIX. No entanto, foi a partir do início do século XX que a organização dos professores em torno de entidades representativas teve um crescimento significativo. Sobretudo após o fim do Estado Novo, se dá a criação de associações docentes em diversos estados brasileiros, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia (VICENTINNI e LUGLI, 2009).

Nas décadas de 1950 e 1960, nos diversos estados brasileiros, foram sendo criadas novas associações de professores primários, sobretudo em Pernambuco, Ceará, Piauí, Alagoas, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso (VICENTINNI e LUGLI, 2009). A nível nacional, temos a criação da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB). Do mesmo modo, os professores secundaristas também começaram a intensificar seu movimento de organização coletiva, principalmente nos estados de Pernambuco, com a criação da Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco (APEMOP), Bahia, Ceará, Piauí, Santa Catarina e Guanabara (VICENTINNI e LUGLI, 2009).

Em decorrência do golpe civil-militar de 1964, as condições de organização e reivindicação dos professores, como das demais categorias profissionais, ficaram um tanto restritas. Segundo Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittar (2006b), fazendo uso da repressão, o Estado desenvolveu políticas centradas no tecnicismo e no crescimento quantitativo da escola pública de 1º e 2º graus “às custas do rebaixamento da sua qualidade; no cerceamento e controle das atividades acadêmicas no interior das universidades; e na

expansão da iniciativa privada no ensino superior” (p. 1161).

Conforme Erlando Rêses (2008: 75), isto contribuiu para o desenvolvimento de um associativismo aliado ao Estado. Ainda assim, já em 1968, é possível se verificar a ocorrência de manifestações como consequência “de uma situação que, aos poucos, ia desfazendo a ideia de nobreza em torno da profissão docente e pondo em causa a sua valorização simbólica (...), levando os professores à proletarização”. Processo de proletarização que, no caso do Brasil, de acordo com Ferreira Jr. e Bittar (2006b), “não significou apenas o empobrecimento econômico, mas também a depauperação do próprio capital cultural que a antiga categoria possuía” (p. 1162).

Apartir da década de 1970, mudanças significativas vão ocorrer no movimento docente brasileiro. A implantação do primeiro grau de oito anos, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), n. 5.692, de 1971, por exemplo, implicou na reformulação das associações de professores, provocando mudanças em seus estatutos e nomenclaturas (VICENTINNI e LUGLI, 2009).

Segundo Rêses (2008: 76), a partir de 1973, incorporando professores e professoras de “outros níveis de ensino, a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB) é reformulada e passa a se chamar Confederação dos Professores do Brasil (CPB)”. No mesmo ano, a APESNOESP assume a denominação de Associação dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (APEOESP). O mesmo processo também pode ser visto no estado de Pernambuco, onde o Centro dos Professores Primários de Pernambuco (CPPP) se transformou em Centro dos Professores de Pernambuco (CPP) e a Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco (APEMOP) assumiu a denominação de Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE).

Todavia, apesar da ampliação no seu grau de representatividade, na grande maioria das associações a identificação dos professores com o nível de ensino em que atuavam se manteve, levando as entidades a conservarem suas antigas formas e práticas organizativas (VICENTINNI e LUGLI, 2009: 101). Em Pernambuco, por exemplo, enquanto o CPP optou por permanecer com suas práticas de caráter assistencialista, a APENOPE passou, gradativamente, a nortear suas ações com base numa postura mais combativa.

Em decorrência do arrocho salarial resultante das políticas econômicas características da Ditadura, os setores médios da sociedade viram-se impelidos a se contrapor ao regime. Segundo Ferreira Jr. e Bittar (2006), o conjunto das relações sociais de produção adotadas “pelo regime militar passou a ser uma fonte geradora de instabilidade política que questionava a própria natureza da revolução que havia se legitimado por si mesma” (p. 42) Desse modo, é possível se ver os professores, juntamente com outras categorias profissionais, agindo no sentido de reivindicar melhores condições de vida e trabalho.

Sobre este aspecto, Antunes (1991: 135-136) destaca que:

Já no início de 1973, quando os primeiros sinais de crise afloravam, o aparente privilégio das camadas médias começava a se desintegrar. E o que até então era o cotidiano do operariado industrial, ou seja, a superexploração do trabalho e o arrocho salarial, passou a atormentar e a fazer parte do dia-a-dia dos trabalhadores médios. Resultado: médicos, professores, bancários (...) fizeram-se presentes através de paralisações que exigiam reposição salarial, melhores condições de trabalho e fim do arrocho salarial.

No entanto, é importante destacar que na medida em que o Brasil vivenciava seu processo de abertura política, apesar das críticas quanto à sua direção pelo alto (SKIDMORE, 1988; MATOS, 2009), vai se configurando um ambiente relativamente favorável à insurgência de diversos atores coletivos desejosos por mudanças sociais e pela redemocratização do país. Assim sendo, os professores e as professoras “representam, neste contexto, uma parcela significativa da sociedade que encontra nas práticas de reivindicação a possibilidade para a concretização de suas aspirações” (SILVA, 2014).

Desta feita, de acordo com Pereira (1991: 107), as manifestações dos professores, sobretudo daqueles ligados ao ensino público, foram realizadas no sentido “de imprimir às entidades representativas do magistério um caráter combativo, tirando-as das mãos dos dirigentes comprometidos com a orientação do governo” (PEREIRA, 1991: 107).

O fortalecimento das entidades de representação dos professores vai permanecer firme nos anos posteriores, sobretudo após o advento do movimento do novo sindicalismo, resultando no desenvolvimento de estratégias de lutas mais organizadas e combativas no encadeamento das reivindicações da categoria.

21 O NOVO SINDICALISMO E SEU IMPACTO NO ASSOCIATIVISMO DOCENTE BRASILEIRO

Embalado pelos ventos da redemocratização, o movimento operário brasileiro vai ganhando uma nova roupagem, ressignificando suas práticas e reivindicações e assumindo, juntamente com os diversos movimentos sociais, um papel significativo na luta por transformações sociais e políticas no país. Neste contexto surge o movimento do novo sindicalismo, cuja eclosão se dá na região do ABC paulista durante os anos finais da década de 1970 (MATOS, 2009), questionando não apenas a política econômica desenvolvida pelo regime militar, mas sobretudo a “acomodação” dos sindicatos aos interesses do governo e do patronato, em detrimento das necessidades dos trabalhadores.

A este respeito, Matos (2009: 119) atesta que:

Embora não estourasse com data marcada, nem tivesse sido convocada pelos sindicatos, a coesão dos trabalhadores em torno dos movimentos indicava um acúmulo de experiências de resistência nas fábricas, um profundo descontentamento com a política salarial da ditadura e um nível razoável de representatividade do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que negociou os acordos para a volta ao trabalho e foi porta voz dos operários nas diversas empresas.

Essa mudança que começara a acontecer na postura do movimento sindical brasileiro a partir de então se deve internamente a, pelo menos, dois fatores, quais sejam: a própria mobilização fabril se levantando em oposição a direções sindicais afetas aos interesses do Estado, bem como a aproximação de dirigentes aos interesses e inquietações das bases (MATOS, 2009; SADER, 1988).

Neste contexto é que surge um grupo de sindicalistas que se identificavam como representantes de um “sindicalismo autêntico”, do qual Luis Inácio “Lula” da Silva seria uma importante liderança. Para esses sindicalistas, “um ‘novo sindicalismo’ dependeria da ruptura com a estrutura sindical, que atrelava os sindicatos ao Estado e dificultava uma mobilização consciente dos trabalhadores” (MATOS, 2009: 119). Segundo Sader (1988), a particularidade da corrente dos “autênticos” reside justamente no fato de “absorver as pressões das bases e canalizá-los pelo interior do aparelho sindical” (p. 182).

Desta feita, envoltos nesta ambiência de lutas propostas pelos movimentos sociais e pelo novo sindicalismo, professores de vários estados brasileiros iniciam uma série de paralisações e greves que naquela ocasião não se limitavam apenas à reivindicação por melhores condições de vida e trabalho, mas se prolongavam em manifestações em favor da redemocratização do país.

Sendo assim, começam a eclodir, sobretudo a partir de 1979, uma série de protestos e greves que marcaram o distanciamento de uma perspectiva de caráter assistencialista e a aproximação ao movimento do novo sindicalismo, implicando em um posicionamento mais combativo frente às determinações impostas pelo Estado.

A este respeito, Pereira (1991: 09) diz que as manifestações dos professores

(...) adquiriram maiores proporções e maior nível de organização em todo o país. Greves eclodiram de todos os recantos, atingindo 16 estados da Federação – dentre estes, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Brasília, Pernambuco, Paraíba e Bahia –, somando forças, envolvendo as redes pública e particular de ensino.

Mediante o exposto, podemos considerar que as greves de 1979 provocaram uma modificação expressiva no movimento docente brasileiro. Em muitas associações, neste mesmo ano, aconteceram eleições marcadas pela vitória de chapas de oposição, como no caso da APEOESP e da APENOPE.

3 | SOBRE COMO “LEVANTAR A VOZ E PROTESTAR”: EXPERIÊNCIAS E LUTAS DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL EM PERNAMBUCO DURANTE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Os anos finais da década de 1970 marcam um novo momento na história do associativismo docente no estado de Pernambuco. Conforme discutimos anteriormente, sob influência dos ares da redemocratização em curso e das agitações dos movimentos sociais e operário, o movimento docente do ensino oficial de Pernambuco, em conformidade com a luta dos professores a nível nacional, passa por uma ressignificação de suas práticas, assumindo um caráter classista e reclamando uma maior atuação de sua entidade representativa, a APENOPE.

Neste período, a situação dos professores da rede pública estadual de ensino de Pernambuco não era das melhores, engendrando um conjunto de experiências então naturalizadas nas classes mais populares. O professorado, donde significativo grupo era oriundo dos segmentos médios da sociedade, aqueles que podiam ter acesso ao curso superior, num país de massas analfabetas, experienciavam as limitações de renda e status que, por ventura, podem não ter sido vivenciadas por seus pais e podem não ter sido projetadas para si quando da escolha pela profissão docente.

Assim, sob a égide dessa experiência, novos arranjos associativos são ensaiados, novos procedimentos e modos de encaminhar suas reivindicações, que tinham o achatamento da renda como o principal pilar, são experimentados pelos docentes. Por conseguinte, a experiência propiciada pela pauperização da renda aproxima aqueles que outrora estavam confortavelmente inseridos nas classes médias, não só com as dificuldades materiais que assolam as classes populares, mas, também, com os modos de organização que, antes, eram quase que exclusivos aos trabalhadores delas oriundos.

A perda salarial dos professores atingiu, em 1979, o percentual de 30,1% (PEREIRA, 1991), resultando na precariedade das condições de vida e de trabalho da categoria e gerando, por conseguinte, uma série de insatisfações concernentes à política desenvolvida pelo governador Marco Maciel. É nesse contexto que se dá o movimento grevista dos professores da rede pública estadual de ensino, que “se inseria no nacional dos trabalhadores contra a continuidade do regime autoritário e por melhores condições de trabalho e de vida” (PEREIRA, 1991: 183).

As agitações que precederam a greve tiveram início em abril de 1979. Além de estarem descontentes com o descaso do governo para com a situação difícil que enfrentavam, os professores também expressavam sua insatisfação para com a APENOPE, acusando-a de não estar representando os interesses da categoria, estando ao lado do governo do Estado. Neste sentido, exigiam “um posicionamento que correspondesse ao pensamento da classe em relação ao movimento reivindicatório dos professores com relação ao aumento salarial” (Diário de Pernambuco, Recife, 1 de maio de 1979).

Sem obter muito sucesso em suas primeiras investidas, os professores ameaçaram paralisar as aulas, conclamando o apoio da sociedade para o movimento que se iniciara. Na ocasião, julgavam necessário “conscientizar a opinião pública, conscientizar as escolas, os alunos e os pais” (Diário de Pernambuco, Recife, p. A-7, 9 de maio de 1979). Em maio de 1979 inicia-se a paralisação dos professores, havendo a partir deste dia a realização de piquetes, acampamentos em frente à Secretaria de Educação e Cultura (SEC), dentre outras ações. Cerca de 4 mil professores entraram em greve (Jornal do Commercio, Recife, 25 de maio de 1979). Conforme nos diz Pereira (1991: 184), “de repente os docentes se veem sob o ímpeto de protestar, de reivindicar seus direitos, de combater o autoritarismo do Estado”.

O movimento grevista não foi desencadeado sob a orientação da diretoria Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco, mas pelo Comando Geral de Greve, formado por membros insatisfeitos com a gestão em questão, que realizou um trabalho de panfletagem no intuito de convocar os professores para a luta. De acordo com Pereira (1991: 184), as lideranças do movimento “encaminharam a luta para a defesa da melhoria salarial e a favor da democracia, da abertura política, da participação, das eleições diretas em todos os níveis”.

Entendendo a radicalidade do movimento grevista, o Comando Geral de Greve tentou justificar a ação dos professores, dizendo que

No momento em que o estado nos oferece 60, 50 e 45%, não está fazendo favores. O aumento do custo de vida nos últimos 12 meses no Recife foi de 57,7%. Portanto, nós, professores, estamos mostrando à opinião pública toda a realidade, o pouco interesse que tem o governo do estado com a educação (Diário de Pernambuco, Recife, 2 de junho de 1979).

O discurso dos docentes é feito no sentido de comunicar à sociedade suas difíceis condições de vida diante da elevação do custo para se viver na capital pernambucana. Diante disto, pode-se entender o porquê da questão salarial ser o principal vetor do movimento grevista. A esta altura o movimento grevista contava com a participação de 80% dos professores do Recife e do Grande Recife, o que fazia com que o Comando Geral de Greve buscasse a interiorização do movimento no intuito de lograr um resultado tão significativo para além da capital (Diário de Pernambuco, Recife, 1 de junho de 1979).

Apesar de uma participação expressiva dos professores da capital e da área metropolitana, alguns focos de resistência foram verificados. Em Moreno, por exemplo,

(...) tinha duas escolas estaduais e na época as duas fecharam, participaram da greve. E aí tinha um grupo de professores que era considerado, assim... militantes de esquerda e aí entraram de cabeça na greve, fecharam a escola; só que tinha, né, os resistentes, aqueles que não eram vinculados politicamente à direita, mas tinham receio das represálias né... aí tinham medo do corte de ponto, tinham medo de perseguição,

de muita coisa né... porque a cidade era pequena, todo mundo conhecia todo mundo e aí o pessoal... alguns tinham esse medo. E aí tinha esse grupo combatente, esse grupo liderou mesmo o movimento e conseguiu fechar (Florentina Cabral. [Recife. Março, 2014] Entrevista concedida ao autor).

Ainda assim, o saldo do movimento grevista estava bastante expressivo. Entretanto, no interior o movimento não tinha a mesma força, devido, talvez, ao controle exercido pelas regionais da educação.

Os dois mil professores da rede oficial do ensino, subordinado ao Departamento Regional de Educação – III Dere – Salgueiro, que abrange 17 municípios, de Serra Talhada a Araripina não pretendem apoiar os colegas do Recife ou da Área Metropolitana, que estão em greve, conforme informou ontem a professora Lúcia Angelim Gomes, diretora do órgão. Assim, os 32 mil alunos do 1º e 2º graus que estudam no Sertão não serão prejudicados (Diário de Pernambuco, Recife, 1 de junho de 1979).

Em nosso ver o trecho em destaque não corresponde de fato ao sentimento dos professores sertanejos com relação à greve, pois havia docentes que desejavam participar do movimento e lamentavam não podê-lo

Não concordamos com a proposta do Governo e até gostaríamos de estar no Recife participando do movimento ou mesmo paralisar nossas atividades aqui no Sertão, mas isso não é possível fazer, porque não existe um movimento de força que venha formar uma coalizão ou uma unidade de apoio aos nossos colegas dos grandes centros, onde se pode levantar a voz e protestar (Diário de Pernambuco, Recife, 1 de junho de 1979).

Havia também os professores que não aderiram ao movimento temendo perder seus empregos: “seria difícil um movimento de apoio aos nossos colegas do Recife: temos medo de perder o que ganhamos, sabendo que existem centenas de professores à espera de uma oportunidade para lecionar” (Diário de Pernambuco, Recife, 1 de junho de 1979). Esta afirmação revela a maior dificuldade de os professores sertanejos aderirem ao movimento grevista.

Em outros municípios do interior pernambucano, o movimento grevista não contou com uma significativa adesão dos professores. De acordo com o noticiado no *Diário de Pernambuco* os “1.446 professores da rede oficial de ensino, as jurisdição do Dere local, em 31 municípios do interior do Estado, continuam ensinando aos 41.475 alunos das 1º e 2º séries, nas 128 escolas situadas nas sedes e na zona rural (...)” (Recife, 1 de junho de 1979). Segundo a professora Maria do Carmo, Diretora do Dere em Caruaru, os professores eram “conscientes de suas responsabilidades” e que por isso não apoiariam o movimento deflagrado na capital.

Em seu depoimento ao jornal, Maria do Carmo afirmou que, antes de iniciar a paralisação das aulas em Recife, a diretoria do Dere se reuniu com diretores e supervisores

das escolas da rede oficial de ensino para que estes estabelecessem contato com os professores, “a fim de conscientizá-los sobre as dificuldades do Estado, mostrando que o governador Marco Maciel, segundo as disponibilidades financeiras do estado, está disposto a atender as reivindicações da classe” (Diário de Pernambuco, Recife, 1 de junho de 1979). Segundo a professora, “os professores do Interior confiam nos propósitos do Governo e, por isso, não pretendem alinhar-se ao lado dos grevistas” (Diário de Pernambuco, Recife, 1 de junho de 1979).

Ao que parece, o governador Marco Maciel contava com um forte apoio dos diretores dos Departamentos Regionais de Educação para conter (ou mesmo evitar) a adoção do movimento grevista no interior do Estado. É possível acreditar que os diretores dos Dere orientassem diretores e supervisores dos estabelecimentos de ensino do interior a pressionarem os professores para que estes não paralisassem suas atividades.

Passados mais de 30 dias do movimento grevista, os professores recebem o apoio do maior líder sindicalista do Brasil no período em questão, Luiz Inácio da Silva, o Lula, que veio, a convite do Comando Geral de Greve, participar de um evento em Recife, no qual proferiu um discurso manifestando seu apoio à causa dos docentes, comparando suas difíceis condições de vida e trabalho às do operariado industrial. Na ocasião, disse: “Não tenho muita coisa a dizer para vocês, mas me sinto à vontade, pois a miséria a que foi levado o professor o colocou na condição de operário (...)” (Diário de Pernambuco, Recife, p. A-5, 14 de junho de 1979).

Nos primeiros dias do mês de julho o movimento grevista chega ao fim, deixando um legado de lutas como a marca mais emblemática dos militantes que participaram do movimento. Mesmo não obtendo ganhos econômicos significativos para a categoria, as experiências de luta vivenciadas na greve de 1979 possibilitaram o desenrolar de novos rumos na história do movimento organizativo dos professores do ensino oficial de Pernambuco.

Referindo-se à sua participação no movimento e aos seus companheiros de luta, a professora Eurenita Freitas diz que a sua

(...) experiência é que foi um povo de muita garra, um professorado de muita garra, porque a gente “tava” ainda na época da ditadura, não podia se mobilizar, mas a gente enfrentava... Durante o período da ditadura a gente se mobilizava (...) (Recife. Agosto, 2013] Entrevista concedida ao autor).

Com relação ao fato da greve ocorrer durante o regime militar, a professora Florentina Cabral acrescenta que

Foi uma greve, assim, muito importante né pra categoria, porque foi um movimento em nível nacional. Os professores de vários estados da rede estadual começaram a se mobilizar e a gente ainda estava sob a égide da ditadura militar e os servidores

públicos começaram a se reconhecer, a partir dos professores, enquanto trabalhadores; e aí, a partir dessa mobilização e dessa greve que começou realmente a pensar em construir uma organização sindical né representativa, que na época a APENOPE era uma associação, mas tinha esse viés político-sindical que começou nesse período e foi (...) um movimento em nível nacional (...) (Recife. Março, 2014. Entrevista concedida ao autor).

Como se pode ver, para a professora a manifestação grevista deste ano foi uma espécie de ponto de partida para a constituição de uma organização sindical dos professores mais combativa, tanto no estado de Pernambuco como nos demais estados do país.

Tanto foi um ponto de partida que, após o seu término, são realizadas eleições para a nova diretoria da APENOPE, que ficaram marcadas na memória dos militantes daquela época como uma espécie de divisor de águas na história da entidade, por consagrar a vitória da grupo de oposição que vinha tentando assumir sua direção.

É porque a APENOPE antes de 79 era um cara que ele era pelego; em vez de ser para o lado do trabalhador ele era mais para o lado dos governantes (...). Ai em 79 nós tomamos a APENOPE da mão desse cara que ele não trabalhava com o sentido que deveria ser uma associação de professores. Ai ficou na mão de Paulo Rubem. (...) Era Leônidas e passou pra Paulo Rubem. Mas foi na marra, quase que tomando-se na marra a direção, porque ele não queria entregar e ele não trabalhava em prol da educação (FREITAS, Eurenita. Recife. Agosto, 2013. Entrevista concedida ao autor).

Pelas palavras da militante pode-se ter uma ideia da importância daquelas eleições e das tensões que a caracterizaram. Muito mais do que uma disputa entre chapas adversárias, o que estava em conflito eram concepções distintas quanto aos rumos que a APENOPE deveria tomar a depender do grupo que assumisse a direção da entidade.

Após a vitória nas eleições, a nova direção da APENOPE passa a sofrer, no início da década de 1980, algumas ações que considera ser fruto de perseguição do governo, como a demissão do presidente eleito, Paulo Rubem Santiago, e o corte do desconto em folha dos associados (SINTEPE. Revista Educar, 2010). Este último implicou de forma bastante negativa na Associação, pois prejudicou suas condições de realização de eventos e manifestações.

Ainda assim, a categoria não cruzou os braços e conseguiu, mesmo com todas as dificuldades, dar continuidade à luta organizativa, através, por exemplo, da paralisação nacional, em 1980, em prol da aposentadoria aos vinte e cinco anos e de reajuste semestral, e da realização do primeiro Encontro Estadual dos Professores (PEREIRA: 1991: 187) Além disso, participaram de eventos importantes, como os Encontros da Classe Trabalhadora (ENCLAT), do processo de construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e filiam-se, em 1984, à CPB, consolidando a APENOPE “como a entidade representativa dos professores da rede oficial de ensino em Pernambuco e estabelecendo articulações com

vistas ao fortalecimento e a ampliação de suas ações” (SILVA, 2014: 68).

Em 1985, após constantes reivindicações, o desconto em folha das contribuições dos associados tornou a ser autorizado e APENOPE voltou a ter condições materiais de desenvolver ações importantes para a categoria, como investir no processo de interiorização do movimento e intensificar a realização de passeatas e atos públicos, em conformidade com o movimento a nível nacional (PEREIRA, 1991).

Nos dias 11 e 12 de abril deste mesmo ano, a APENOPE encabeçou importantes ações reivindicatórias. No primeiro dia, conforme pauta nacional, foi realizado o Dia Nacional de Luta, quando a categoria fez uma caminhada até o Palácio do Governo, onde entregaram um documento contendo várias reivindicações, dentre as quais: “mais verbas para as Escolas Públicas; Eleições diretas para diretores e vice-diretores das escolas públicas estaduais e Constituinte livre, democrática e soberana” (SILVA, 2014: 69). No dia seguinte pela manhã, os professores participaram de uma Assembleia Geral com Paralisação e, à tarde, realizaram nova passeata em direção ao Palácio do Governo, onde cumpria agenda o então Presidente da República, José Sarney, para entregar-lhe diretamente suas reivindicações.

Dando continuidade as suas ações organizativas e reivindicatórias, a APENOPE realizou, também em 1985, o III Encontro Estadual dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco. Sediado na cidade de Garanhuns, o encontro teve como tema “A sociedade brasileira e a educação do seu povo”. Novamente, os professores discutiram temáticas referentes à sua posição na conjuntura política do momento e à sua participação na convocação da Assembleia Constituinte (SILVA, 2014).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Edward P. Thompson, a classe social não deve ser entendida como uma estrutura apriorística, um já dado, mas como uma formação histórica que “homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta” (1981: 57). Este foi o esforço que tentamos empreender neste texto, qual seja: discutir as experiências e lutas constituintes da formação dos professores da rede pública estadual em Pernambuco enquanto classe. Neste sentido, consideramos a primeira greve geral realizada, em 1979, pela categoria como expressão de um acúmulo de experiências que vinham sendo compartilhadas com outros movimentos sociais, sobretudo o novo sindicalismo, e entre os próprios professores e professoras em decorrência de suas difíceis condições de vida e trabalho.

No entanto, ao demonstrar que suas pautas e ações reivindicatórias, já desde o referido movimento paredista, não se limitavam apenas a questões econômicas e profissionais, mas se estendiam à luta pela redemocratização do Brasil, consideramos os professores e professoras do ensino oficial de Pernambuco como importantes atores na

luta por transformações sociais e políticas em nosso país, o que lhes confere, sem dúvida, um lugar de destaque em nossa História.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**. São Paulo: Scritta, 1991.

FERREIRA Jr., Amarílio; BITTAR, Marisa. **Proletarização e Sindicalismo de Professores na Ditadura Militar (1964-1985)**. São Paulo: Edições Pulsar & Terras do Sonhar, 2006.

_____. **A ditadura militar e a proletarização dos professores**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set/dez. 2006b.

LEMOS, Daniel Cavalcanti. **Uma luta antiga**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Número 32, maio de 2008. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home?ago=detalhe&id=1600> (Acessado em 23/04/2014).

MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PEREIRA, Célia M^a da C. **O Planejamento Educacional Participativo e o Movimento Docente**. Recife: Centro de Educação/Universidade Federal de Pernambuco, 1991. Dissertação de Mestrado.

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor**. Tese de doutorado. Brasília, 2008.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970 – 1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO (SINTEPE). **Revista Educar. Para desvendar sua época**. Edição especial, número 1, abril, 2010.

SILVA, Max R. R. da. **As lutas dos professores da rede pública estadual em Pernambuco: o novo sindicalismo e a formação do SINTEPE**. Dissertação. CE/UFPE, 2014

_____. **História e memória(s) da primeira greve geral dos professores da rede pública estadual em Pernambuco**. In: Anais do XII Encontro Regional Nordeste de História Oral & Colóquio “República, Cidadania e Direitos: 130 anos de lutas”. Anais. Maceió(AL) Campus A.C. Simões / Universidade Federal de Alagoas - UFAL, 2019.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: **Democratizando o Brasil**. Alfred Stepan (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 27-81.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009. – (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira; v. 4)

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 33, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44
Análise da Teoria Quântica 103
APENOPE 62, 63, 64, 66, 67, 71, 72
Associação Cruzeiro Jaguareense 47, 48, 51, 59

B

Benedeiras 74, 75, 76, 78, 79

C

Chapecó/SC 74, 75
Conflitos agrários 92
Curandeiras 74, 75, 76, 78, 79

D

Desapropriação de Terras 92, 96, 99

E

Experiências 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 15, 32, 35, 62, 65, 67, 70, 72, 80, 82, 83, 84, 88, 102, 140, 142, 145, 158, 159, 169
Experimento das Duas Fendas 103, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 114, 115, 116

F

Fontes orais 74, 75, 76, 77, 79
Formação de Professores 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 16
Formações discursivas 80, 86

G

Goiás 4, 5, 6, 7, 1, 7, 33, 39, 63, 92, 93, 94, 96, 100, 101, 102, 157, 159, 196
Golpe 17, 63, 176

H

História 2, 11, 16, 25, 30, 35, 47, 48, 53, 59, 60, 61, 67, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 101, 102, 107, 112, 113, 123, 124, 129, 131, 134, 139, 140, 142, 143, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 180, 181, 183, 185, 189, 190, 192, 193, 196

História da Educação 73, 80, 82, 83, 84, 90, 91

História do Processo de Escolarização 80, 81, 84, 85, 88, 89

I

Interação 1, 3, 7, 10, 33, 34, 41, 43, 44, 53, 109, 111, 114, 115, 133, 192

J

Jaguarão 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61

L

Libras 33, 34, 37, 43, 44, 124

Lógica 23, 24, 27, 29, 87, 95, 103, 105, 107, 108, 110, 115, 116, 144, 162, 167, 168

Lutas 22, 36, 62, 65, 66, 67, 70, 72, 73, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 169

M

Memória 47, 52, 59, 71, 73, 76, 91, 108, 121, 123, 125, 127, 130, 131, 151, 183, 184, 185, 189, 190, 194, 195

Mercado de trabalho 33, 34, 36, 37, 38, 41, 42, 44, 45, 147

P

Patrimônio cultural 47

Política de Saúde Mental 17, 18, 19, 20, 23, 26, 28, 29, 30

Problema da Medição 103, 105, 106, 108, 110, 114, 116

R

Racismo 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 31, 143, 144, 147, 148, 150, 153, 155, 156

Residência pedagógica 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16


S

Sistemas de Informação Geográfica 74, 75, 77, 79

Surdez 33, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45

T

Terras devolutas 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102



*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História*


www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 





*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História*

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

